

Demonstrações financeiras

Paracambi Energética S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Relatório da administração	2
Balanco patrimonial	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
1. Contexto operacional	11
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	12
3. Políticas contábeis materiais	15
4. Caixa e equivalentes de caixa	27
5. Títulos e valores mobiliários	27
6. Concessionárias e permissionárias	28
7. Imobilizado	28
8. Intangível.....	30
9. Fornecedores	31
10. Financiamentos.....	31
11. Imposto de renda e contribuição social a pagar	32
12. Contingências passivas	33
13. Transação com partes relacionadas.....	35
14. Patrimônio líquido	37
15. Dividendos a pagar	37
16. Receita líquida	39
17. Custos e despesas operacionais	39
18. Resultado financeiro	40
19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	40
20. Seguros.....	44
21. Contratos de longo prazo.....	44



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Perfil Corporativo

A Paracambi Energética (“PCH Paracambi” ou “Companhia”) é a empresa voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Brasal Energia S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%). A Paracambi Energia foi criada para implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi.

A PCH Paracambi foi inaugurada em maio de 2012 e possui duas unidades geradoras de 12,85 MW cada, perfazendo uma potência instalada de 25,7 MW. A garantia física foi definida pelo Ministério de Minas e Energia em 19,53 MW médios.

A Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

Em 2026, será dada continuidade à valorização da agenda institucional junto ao órgão regulador e aos poderes públicos federal, estadual e municipais, de forma técnica, transparente e equilibrada, com o objetivo de assegurar os interesses dos clientes e da empresa.

As perspectivas para o exercício de 2026 apontam para a otimização operacional, com foco na redução de custos, na maximização da disponibilidade dos ativos e na mitigação dos riscos hidrológicos, de modo a proteger a empresa de possíveis exposições no mercado de energia.

Adicionalmente, ao longo de 2026, serão implementadas as obrigações previstas na Lei nº 14.066/2020, reforçando o compromisso da empresa com a conformidade regulatória e a gestão responsável do empreendimento.

Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)	2025	2024	Varição 2025/2024
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	19,53	19,85	-1,6%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	2,74	1,10	149,3%

Em 2025, o volume de venda no ACL foi de 19,53 MWm, 1,6% menor do que em 2024 onde obteve 19,85 MWm. Já o volume de compra no ACL para o ano de 2025 foi de 2,74 MWm, enquanto em 2024 foi de 1,10 MWm.

Comentário financeiro

Desempenho financeiro



Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ M)	2025	2024	Varição 2025/2024
Receita Operacional Líquida	69.377	63.318	9,6%
Despesa Operacional	(28.908)	(15.370)	88,1%
(+) Depreciação e amortização	9.382	4.252	120,7%
EBITDA	49.851	52.199	-4,5%
Resultado Financeiro	(1.989)	(859)	131,6%
Resultado antes dos Impostos	38.480	47.089	-18,3%
IR/CSLL	(2.449)	(2.732)	-10,4%
Lucro Líquido	36.031	44.357	-18,8%
Margem EBITDA	72%	82%	-12,8%

Em 2025, a Paracambi Energética teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$69.377 mil, 9,6% acima da realizada em 2024; (ii) custo operacional de R\$28.908 mil, 88,1% maior do que o registrado no ano anterior; (iii) EBITDA de R\$49.851 mil, 4,5% menor do apurado em 2024 e (iv) lucro líquido de R\$36.031 mil ante R\$44.357 mil reportado em 2024.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor de R\$ 16,5 milhões em 2025, redução de R\$ 9,5 milhões se comparado a 2024. Esta variação pode ser explicada pelo resultado entre a redução do saldo da dívida com as amortizações no exercício e a diminuição de caixa resultante apenas da distribuição de dividendos realizados durante o exercício de 2025.

Investimentos

Para o ano de 2025 não houve investimentos de valores relevantes.

Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A Paracambi Energética atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implantados ao longo do período de implantação do empreendimento que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.

Ronnie de Lima Diniz
Diretor Técnico Comercial
Paracambi Energética S/A

Rodrigo Aguiar de Castro
Diretor Administrativo Financeiro
Paracambi Energética S/A



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Paracambi Energética S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paracambi Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



**Shape the future
with confidence**

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', written over a faint, larger version of the same signature.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	4	1.574	3.413
Títulos e valores mobiliários	5	3.713	692
Concessionárias e permissionárias	6	6.796	6.483
Tributos a compensar	11	213	213
Imposto de Renda e Contribuição a Compensar	11	222	308
Almoxarifado		71	71
Seguros a apropriar		354	351
Adiantamento de Férias / Fornecedores		14	4
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		12.957	11.535
Títulos e valores mobiliários LP	5	2.617	2.859
Imobilizado	7	73.088	80.827
Intangível	8	10.091	11.348
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		85.796	95.034
TOTAL DO ATIVO		98.753	106.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	9	2.723	1.476
Financiamentos	10	8.917	8.718
Tributos e contribuições a pagar		484	471
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	682	708
Dividendos a pagar	15	6.440	6.683
Obrigações trabalhistas		97	73
Provisão para litígios		27	38
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		19.370	18.167
Financiamentos LP	10	13.262	21.554
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.262	21.554
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	39.000	39.000
Reserva Legal	14	7.800	7.800
Reserva de Lucros Retidos	15	19.321	20.048
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.121	66.848
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.753	106.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	16	69.377	63.318
CUSTO DA OPERAÇÃO	17	(26.343)	(13.262)
Encargos uso de rede		(778)	(741)
Material		(197)	(183)
Energia Comprada		(11.818)	(4.538)
Serviço de Terceiros		(3.301)	(3.207)
Depreciação e amortização		(9.382)	(4.249)
Seguros		(384)	(384)
Outras		(483)	40
LUCRO BRUTO		43.034	50.056
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(2.565)	(2.109)
Despesas gerais e administrativas		(2.565)	(2.109)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		40.469	47.947
RESULTADO FINANCEIRO	18	(1.989)	(858)
Receita financeira		752	2.152
Despesa financeira		(2.741)	(3.010)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		38.480	47.089
Imposto de renda e contribuição social	11	(2.449)	(2.732)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		36.031	44.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	36.031	44.357
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	36.031	44.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)**

Notas	Capital social	Reserva de lucro	Reserva especial de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
	57.166	7.270	13.624	-	78.060
Dividendos intermediários pagos	-	-	(13.624)	-	(13.624)
Redução do Capital Social	(18.166)	-	-	-	(18.166)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44.357	44.357
Destinação do resultado do exercício:					
Dividendos distribuídos	-	-	-	(17.096)	(17.096)
Constituição de reserva legal	15	- 530	-	(530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(6.683)	(6.683)
Dividendos adicionais propostos	15	-	20.048	(20.048)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
	39.000	7.800	20.048	-	66.848
Dividendos intermediários pagos	-	-	(20.048)	-	(20.048)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.031	36.031
Destinação do resultado do exercício:					
Dividendos distribuídos	-	-	-	(10.270)	(10.270)
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(6.440)	(6.440)
Dividendos adicionais propostos	15	-	19.321	(19.321)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
	39.000	7.800	19.321	-	66.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	45.037	65.797
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.480	47.089
Baixa do ativo imobilizado	769	29
Despesa de juros sobre financiamentos	2.689	2.967
Depreciação e amortização	9.382	4.252
Variações nos ativos e passivos	(6.283)	11.460
Títulos e valores mobiliários	(2.779)	17.220
Concessionárias e permissionárias	(313)	(1.169)
Almoxarifado	-	5
Adiantamentos a Fornecedores	1	1
Fornecedores	1.247	782
Tributos, contribuições e impostos	13	69
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.259)	(1.932)
Obrigações trabalhistas	24	(10)
Juros pagos sobre financiamentos	(2.061)	(2.719)
Outros créditos	(156)	(787)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(1.155)	(890)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.155)	(890)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(45.721)	(62.005)
Amortização do principal de financiamentos	(8.721)	(8.578)
Redução de capital social	-	(18.166)
Pagamento de dividendos	(37.000)	(35.261)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.839)	2.902
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.413	511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.574	3.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Paracambi Energética S.A. ("PCH Paracambi" ou "Companhia") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 11 de maio de 2001, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Paracambi Energética Ltda. Em 27 de agosto de 2009, a Assembleia Geral de Transformação ("AGT") aprovou a transformação de sociedade limitada (Ltda.) para sociedade por ações de capital fechado (S.A.) sob a denominação de Paracambi Energética S.A. A área de atuação operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

A Companhia tem por objeto a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi, nos termos e prazos constantes da respectiva Resolução ANEEL nº 525, de 3 de dezembro de 2001.

A PCH foi construída em Ribeirão das Lajes, município de Paracambi - RJ. Seu reservatório atinge, além de Paracambi, os municípios de Piraí e Itaguaí. A usina possui duas unidades geradoras: Kaplan vertical de 12,85MW cada, totalizando uma potência instalada de 25,7MW. A energia assegurada é de 19,53MW médios e é interligada ao sistema de subtransmissão da concessionária local Light Serviços de Eletricidade S/A em tensão de 138kV. A interligação é na linha de transmissão que atende a subestação Nilo Peçanha. A primeira unidade geradora entrou em operação em 18 de maio de 2012 e a segunda unidade geradora em 15 de julho de 2012.

Em 8 de setembro de 2020, foi emitida a Lei de nº14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, no sentido de estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico a ser suportado pelas empresas de geração de energia elétrica. A Lei prevê a possibilidade de compensação financeira às geradoras de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), por riscos não hidrológicos presentes no GSF desde 2012, devido ao deslocamento hidrelétrico por geração fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, além dos impactos causados pelas usinas estruturantes, incluindo a PCH Paracambi, decorrentes da antecipação da garantia física e de atrasos ou restrições de transmissão associadas às instalações destinadas ao escoamento da energia dessas usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou o tema por meio da Resolução Autorizativa nº 10.928 de 7 de dezembro de 2021, que definiu a extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos, participantes do MRE, atendendo ao disposto na Lei nº 13.203/2025, alterada pela Lei nº 14.052/2020, preenchidos conforme Resolução Homologatória nº 2.919/2021.



Com a regulamentação emitida, a Companhia registrou um ativo intangível (nota 8) referente a extensão de prazo de outorga de 1.054 dias. A amortização do intangível e do imobilizado será realizada de forma linear durante o prazo remanescente da concessão. A depreciação do ativo imobilizado e amortização dos intangíveis anteriormente existentes foram ajustadas, prospectivamente, considerando o novo prazo remanescente da autorização.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. (“Brasal”), para alienação da totalidade de sua participação de 51% na Paracambi Energética S.A, pelo valor de R\$108.511.

Em 03 de março de 2022, a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho.

Em junho de 2022, com o fechamento da transação, a Brasal Energia S.A., passou a ser acionista da Companhia juntamente com a Cemig, com participação acionária de 51%.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Foram adotadas também as exigências regulatórias não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.



Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Avaliação de indicadores e teste de impairment de ativos financeiros e não financeiros (nota 3.13);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.7.2 e 12);

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

2.6 Declaração de continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contratos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.



A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 6.041 (R\$ 6.632 em 31 de dezembro de 2024), lucros acumulados de R\$ 19.321 (R\$ 20.048 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.



3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.



3.7 Provisões

3.7.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.7.2 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.



3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social do exercício considerando as seguintes taxas e bases:

- **Imposto de renda:** base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.



- **Contribuição social:** base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).



Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor



recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.



A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.



A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)



As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.



As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Contas bancárias	1.574	3.413
Total	1.574	3.413

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.713	692
Total	3.713	692
Não Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários		
Conta Reserva - BNDES ⁽ⁱⁱ⁾	2.617	2.859
Total	2.617	2.859

(a) Saldo aplicado no Bradesco S.A. e está vinculado à garantia do financiamento do BNDES (Nota 10).

Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.



A remuneração média dos títulos e valores mobiliários é de 95,55% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,34% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento a Outras Concessionárias ^(a)	6.796	6.796	6.483
Total	6.796	6.796	6.483

(a) Refere-se ao contas a receber de venda de energia própria para Light Energia e Cemig GT.

7. IMOBILIZADO

Segue abaixo a composição do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço								
Geração								
Terrenos	4,12%	18.751	(12.548)	6.203	5,50%	18.751	(11.776)	6.975
Reservatórios, barragens e adutoras	4,12%	88.190	(58.117)	30.073	5,60%	86.850	(54.532)	32.318
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,41%	6.930	(1.637)	5.293	5,73%	2.436	(1.466)	970
Máquinas e equipamentos	4,15%	86.531	(57.314)	29.217	5,51%	85.702	(53.724)	31.978
Móveis e utensílios	3,36%	54	(13)	41	6,44%	41	(12)	29
		200.456	(129.629)	70.827		193.780	(121.510)	72.270
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,55%	99	(90)	9	14,31%	99	(86)	13
Móveis e utensílios	8,35%	40	(32)	8	6,25%	40	(28)	12
		139	(122)	17		139	(114)	25
		200.595	(129.751)	70.844		193.919	(121.624)	72.295
Em curso								
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	844	-	844
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	1.521	-	1.521
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	13	-	13
Material em Depósito	-	2.244	-	2.244	-	2.244	-	2.244
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	3.910	-	3.910
		2.244	-	2.244		8.532	-	8.532
Imobilizado Líquido		202.839	(129.751)	73.088		202.451	(121.624)	80.827

Abaixo a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024:



	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Em Serviço						
Terrenos	6.975	-	-	-	(772)	6.203
Reservatórios, barragens e adutoras	32.318	-	1.339	-	(3.584)	30.073
Edificações, obras civis e benfeitorias	970	-	4.494	-	(171)	5.293
Máquinas e equipamentos	31.991	-	828	-	(3.593)	29.226
Móveis e utensílios	41	-	13	-	(5)	49
	72.295	-	6.674	-	(8.125)	70.844
Em Curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	844	290	(1.134)	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.521	90	(1.501)	(110)	-	-
Móveis e Utensílios	13	-	(13)	-	-	-
Material em Depósito	2.244	625	-	(625)	-	2.244
Máquinas e equipamentos	3.910	150	(4.026)	(34)	-	-
	8.532	1.155	(6.674)	(769)	-	2.244
Imobilizado Líquido	80.827	1.155	-	(769)	(8.125)	73.088

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Em Serviço					
Terrenos	7.397	-	-	(422)	6.975
Reservatórios, barragens e adutoras	33.968	-	-	(1.650)	32.318
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.012	-	-	(42)	970
Máquinas e equipamentos	33.446	33	-	(1.488)	31.991
Móveis e utensílios	20	22	-	(1)	41
	75.843	55	-	(3.603)	72.295
Em Curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	759	85	-	-	844
Edificações, obras civis e benfeitorias	989	532	-	-	1.521
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	13
Material em Depósito	2.065	208	(29)	-	2.244
Máquinas e equipamentos	3.900	10	-	-	3.910
	7.726	835	(29)	-	8.532
Imobilizado Líquido	83.569	890	(29)	(3.603)	80.827

A Companhia está depreciando os ativos da usina pelo método linear considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes ativos não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.

Em dezembro de 2025, a Companhia, realizou a transferência de bens em utilização para imobilizado “em serviço”. As triagens e validações foram realizadas antes das transferências para imobilizado “em serviço”, unitizados os bens na competência acima citada. A unitização dos novos itens em serviço foi executada cumprindo todas as exigências regulatórias e societárias.

Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:



GERAÇÃO		%	ADMINISTRAÇÃO		%
Terrenos		4,12%	Máquinas e equipamentos		9,55%
Reservatórios, barragens e adutoras		4,12%	Móveis e utensílios		8,35%
Edificações, obras civis e benfeitorias		4,41%			
Máquinas e equipamentos		4,15%			
Móveis e utensílios		3,36%			

Em 2024, as taxas de depreciação dos ativos imobilizados e intangíveis foram ajustadas para contemplar a extensão do prazo de atualização da concessão concedido pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória Nº 2.919, de 3 de agosto de 2021. Após o recálculo das depreciações, os saldos contábeis patrimoniais foram ajustados com impacto no resultado em R\$ 7.121.

Empresa	Resolução Autorizativa	Data de autorização	Prazo de autorização conforme resolução	Prazo de autorização inicial	Extensão da autorização	Prazo atual de autorização
Paracambi	525, de 03/11/2001	19/02/2001	30 anos	19/02/2031	1054	08/01/2034

De acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

8. INTANGÍVEL

Segue abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro 2025 e 2024:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em Serviço								
Servidão de passagem	4,12%	27	(18)	9	5,50%	27	(17)	10
Software	20,00%	285	(285)	-	20,00%	285	(285)	-
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020		15.546	(5.464)	10.082		15.546	(4.208)	11.338
Intangível Líquido		15.858	(5.767)	10.091		15.858	(4.510)	11.348

Segue abaixo a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024:

	Saldos em 31/12/2024	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Em Serviço			
Servidão de passagem	10	(1)	9
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	11.338	(1.256)	10.082
	11.348	(1.257)	10.091
Total do Intangível	11.348	(1.257)	10.091



Em Serviço

Servidão de passagem
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020

Total do Intangível

	Saldos em 31/12/2023	Amortização	Saldos em 31/12/2024
	11	(1)	10
	11.985	(647)	11.338
	11.996	(648)	11.348
	11.996	(648)	11.348

9. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Compra de Energia - CCEE	2.142	832
Serviços	580	643
Outros	1	1
Total	2.723	1.476

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em 2025, houve aumento da necessidade de compra no MCP.

10. FINANCIAMENTOS

Abaixo segue quadro com condições contratuais do financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Moeda	31/12/2025			31/12/2024
				Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES - Subcrédito A	2028	TJLP + 1,97%	R\$	7.092	10.548	17.640	24.077
BNDES - Subcrédito B	2028	TJLP + 1,97%	R\$	162	241	403	549
BNDES - Subcrédito C	2028	TJLP + 1,97%	R\$	1.663	2.473	4.136	5.646
Total de financiamentos				8.917	13.262	22.179	30.272

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2025:

	2027	2028 em diante	Total
Moedas			
Real / Indexador			
TJLP + 1,97%	8.842	4.420	13.262
Total por Indexador	8.842	4.420	13.262



Seguem abaixo as movimentações do financiamento nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.471	131	38.602
Juros financeiros provisionados	-	2.966	2.966
Juros e encargos financeiros pagos	-	(2.719)	(2.719)
Transferência de encargos	282	(282)	-
Amortização de financiamentos	(8.577)	-	(8.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.176	96	30.272
Juros financeiros provisionados	-	2.689	2.689
Juros e encargos financeiros pagos	-	(2.061)	(2.061)
Transferência de encargos	649	(649)	-
Amortização de financiamentos	(8.721)	-	(8.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22.104	75	22.179

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES contém cláusulas que podem acarretar um vencimento antecipado da dívida da Companhia, impossibilitar o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio acima do limite mínimo legal ou resultar na aplicação de multa pelo BNDES. Essas penalidades ocorrem no caso de não cumprimento de determinados covenants não financeiros ou de indicadores financeiros ao final de cada exercício, a saber: (i) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (sendo requerido um índice superior a 1,2) e (ii) Índice de Cobertura do Capital Próprio (sendo requerido que seja igual ou superior a 25%). Não há evidências de descumprimento de covenants em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas.

A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2025 e 2024.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro presumido. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela apuração das alíquotas fiscais combinadas e debitadas em resultado é demonstrada como segue:



	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia e Outros	72.005	72.005	65.716	65.716
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - Suprimento de Energia e Outros	5.760	8.641	5.257	7.886
Receitas Financeiras	752	752	2.152	2.152
Base de cálculo para cálculo dos impostos	6.512	9.393	7.409	10.038
Alíquota do Imposto	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto apurado	(1.604)	(845)	(1.828)	(903)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.449)		(2.732)	

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$ 6.912, os quais não foram registrados em função da opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido. Caso, no futuro, a Companhia opte pelo regime de tributação pelo lucro real, fará jus a eventuais créditos fiscais de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social gerados a partir do momento da opção pelo lucro real.

a) Imposto de renda e contribuição social, líquidos

	31/12/2025	31/12/2024
A Recolher		
IRPJ / CSLL a pagar	682	708
	682	708
A compensar		
IRPJ a Compensar	117	117
CSLL a Compensar	63	63
IRRF a Compensar	42	128
	222	308
Total	460	400

12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências passivas com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

PASSIVO	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo	Quantidade de processos (a)	Saldo	Quantidade de processos (a)
Trabalhistas	1.000	1	1.028	4
Cíveis	3.754	46	3.276	46
Total	4.754	47	4.304	50

(a) Não auditadas pelos auditores independentes



Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais passivas:

a) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras e reflexos, horas *in itinere*, descontos indevidos, pagamento em dobro dos domingos e feriados, adicional de periculosidade e outras verbas mensais e indenizatórias, cujos montantes envolvidos totalizam 1.000 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1.028 em 2024.

b) Cíveis

São todos vinculados a desapropriações de terrenos destinados à servidão, com valores realizados por depósitos judiciais, em que pese a existência de valores, a um risco de novos desembolsos ao longo do processo, por atualizações ou sentenças.

A Companhia figura como polo ativo em causas fiscais conforme o processo ativo que trata de Ação Ordinária proposta pelas empresas LIGHT ENERGIA S.A e LIGHTGER S.A. em face da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA e da CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE, objetivando que a CCEE que se abstenha de imputar ônus financeiros derivados de decisões Judiciais, já proferidas e futuras, de modo a não frustrar o montante de energia a ela alocado e que seja determinando à ANEEL, em relação às autoras, eventuais liquidações financeiras realizadas em desconformidade com os provimentos anteriores. A sentença foi desfavorável e apresentamos apelação, ainda pendente de análise.



13. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2025 e 2024:

Grupos Balanco	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com PCH Paracambi	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	3.209	3.065	-	-	32.346	30.828	-	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	Brasal Participações	-	-	-	-	-	-	516	527
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de energia, na PCH Paracambi.	CEMIG GT	-	-	-	-	-	-	737	675



Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com PCH Paracambi	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2024
Clientes	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	208.818	dez/10	jun/28	75.484
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato tem por objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como “atividades meio”, em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	Brasal Participações	-	nov/22	Prazo Indeterminado	-
Fornecedor	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de energia, na PCH Paracambi.	CEMIG GT	1.528	ago/25	set/27	1.222

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com as condições acordadas entre as partes, que são equivalentes as condições de mercado.

Remuneração dos Administradores

Todos os conselheiros e diretores renunciaram a remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira. A nomeação dos diretores administrativo e técnico, bem como a renúncia de remuneração foram apresentadas na ata da reunião de conselho administrativo de 22 de julho de 2024.



14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Paracambi Energética S.A. está representado por 79.078.937 unidades de ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$39.000, conforme quadro abaixo.

Em 2024, foi aprovada redução de capital pela AGE protocolada em 23 de dezembro de 2024, com o objetivo de liberação de caixa para a Companhia. Pela comunicação recebida do BNDES em 20/12/2024, referente ao Contrato de Financiamento 11.2.0508.1, não houve vedação para a redução de capital, desde que observada a manutenção do Índice de Capitalização mínimo determinado no Contrato de Financiamento.

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação	Valor R\$	Quantidade de ações	% Participação
Cemig GT	19.110	38.748.679	49,000	19.110	38.748.679	49,000
Brasal Energia	19.890	40.330.258	51,000	19.890	40.330.258	51,000
Total	39.000	79.078.937	100,00	39.000	79.078.937	100,00

b) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro do exercício, uma vez que o valor excederia 20% do capital social

c) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	36.031	44.357
Média ponderada do número de ações ordinárias	79.078.937	79.078.937
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em R\$/mil	0,4556	0,5609

15. DIVIDENDOS A PAGAR

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.



Os dividendos adicionais propostos correspondem a parcela excedente do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, que está condicionada à aprovação do BNDES em face do cumprimento pela de cláusula dos “covenants” constantes no contrato de financiamento do BNDES.

Os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025 foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	36.031	44.357
Reserva Legal	-	(530)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	36.031	43.827
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(9.008)	(10.957)
Dividendos adicionais propostos	(27.023)	(32.870)

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Saldo
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2023	4.541
Dividendos intermediários propostos - Deliberados na AGO de 17/05/2024	13.624
Dividendos pagos no exercício de 2024 - Resultado de 2023	(18.165)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.957
Dividendos intercalares deliberados no exercício de 2024 - Resultado de 2024	12.822
Dividendos pagos no exercício de 2024 - Resultado de 2024	(17.096)
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2024	6.683
Dividendos intermediários propostos - Deliberados na AGO de 23/04/2025	20.048
Dividendos pagos no exercício de 2025 - Resultado de 2024	(26.730)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.008
Dividendos intercalares deliberados no exercício de 2025 - Resultado de 2025	7.701
Dividendos pagos no exercício de 2025 - Resultado de 2025	(10.270)
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2025	6.440

Durante o exercício 2025, a Companhia pagou aos acionistas o montante de R\$ 10.269 de dividendos intercalares, possui dividendos a pagar registrados em seu balanço patrimonial no montante de R\$ 6.440 referente ao dividendo mínimo obrigatório definido em seu estatuto e R\$ 19.321 de dividendos adicionais propostos passíveis de distribuição.



16. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de Energia	68.763	65.457
Outras	3.242	259
RECEITA BRUTA	72.005	65.716
PIS/COFINS	(2.628)	(2.398)
IMPOSTO SOBRE RECEITA	(2.628)	(2.398)
RECEITA LÍQUIDA	69.377	63.318

A Companhia possui contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) com a parte relacionada CEMIG., e Light Energia S.A. e

Da garantia física da PCH Paracambi, 19,53MW estão comercializados para a parte relacionada Cemig GT (9,555MW médios), e Light Energia S.A. (9,945MW médios) e mediante contratos bilaterais em conformidade com a legislação pertinente à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), às regras de comercialização e aos procedimentos de comercialização.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos com energia		Custos com operação		Despesas gerais e administrativas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos uso de rede	-	-	(778)	(741)	-	-
Pessoal	-	-	-	-	(1.177)	(742)
Material	-	-	(197)	(183)	(36)	(21)
Energia Comprada (a)	(11.818)	(4.538)	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	-	-	(3.301)	(3.207)	(1.182)	(1.233)
Depreciação e amortização	-	-	(9.382)	(4.249)	-	(2)
Seguros	-	-	(384)	(384)	(5)	(2)
Aluguéis	-	-	(6)	(27)	(96)	(35)
Outras	-	-	(477)	(102)	(69)	96
Total	(11.818)	(4.538)	(14.525)	(8.893)	(2.565)	(1.939)

(a) Valor referente ao resultado da diferença entre a energia medida e a contratada por agente, valorada ao PLD (preço de liquidação das diferenças) para efeito de liquidação financeira na CCEE.



18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS		
Rendimento sobre aplicações financeiras	751	2.143
Outras receitas financeiras	1	9
	752	2.152
DESPESAS		
Encargos de financiamentos	(2.689)	(2.967)
Juros s/atraso de pagamento	(3)	-
Multas s/atraso de pagamento	(1)	(17)
Outras despesas financeiras	(48)	(26)
	(2.741)	(3.010)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.989)	(858)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro 2025 e 2024:

Categoria	Níveis	31/12/2025		31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	2	1.574	1.574	3.413	3.413
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Custo amortizado	2	6.330	6.330	3.551	3.551
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	Custo amortizado	2	6.796	6.796	6.483	6.483
			14.700	14.700	13.447	13.447
PASSIVO						
Fornecedores (nota 09)	Custo amortizado	2	2.723	2.723	1.476	1.476
Financiamentos (nota 10)	Custo amortizado	2	22.104	22.104	30.176	30.176
			24.827	24.827	31.652	31.652



Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

a) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2025.

Por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 em 31 de dezembro de 2025.
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2025).



Operação	Risco	R\$		
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		6.330	7.913	9.495
Títulos e valores mobiliários	CDI	6.330	7.913	9.495
PASSIVOS FINANCEIROS		22.104	27.630	33.156
BNDDES	TJLP + Spread Fixo *	22.104	27.630	33.156
TOTAL		28.434	35.543	42.651
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		14,32%	17,90%	21,48%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício) + Spread Fixo 1,97%		11,04%	13,31%	15,58%

* TJLP de 9,07% + Spread Fixo 1,97%

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Financiamentos	2.229	6.688	13.262	-	22.179
Fornecedores	2.723	-	-	-	2.723

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O risco de crédito de contas a receber encontra-se reduzido, pois as contas a receber são com partes relacionadas da Companhia e os demais saldos a receber oriundos de concessionárias e permissionárias possui os valores em atraso rateados entre todos os agentes da CCEE.



No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e títulos públicos pós-fixados.

d) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida de financiamentos	22.179	30.272
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(1.574)	(3.413)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	(6.330)	(3.551)
Dívida Líquida (A)	14.275	23.308
Total do Patrimônio Líquido (B)	66.121	66.848
Relação Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido	0,22	0,35
Índice de alavancagem financeira - % (A/(B+A))	18%	26%



20. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2025:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados à PCH, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “AllRisks”, incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Segue abaixo a composição dos principais seguros considerados pela Administração:

Cobertura	Data de Vigência		Importância segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Responsabilidade Civil e Geral	30/11/2025	30/11/2026	R\$12.000	R\$16
Riscos Operacionais ⁽¹⁾	30/11/2025	30/11/2026	R\$110.000	R\$370

⁽¹⁾ Limite Máximo de Garantia (LMG) de R\$110.000 - Indenização

⁽¹⁾ Valor Total em Risco de R\$172.198

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio) ^(a)
2026	19,5
2027	19,5
2028 a 2033	117,0

^(a) Não auditadas pelos auditores independentes
